

**HABEAS CORPUS Nº 491.576 - ES (2019/0030354-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : AILTON RIBEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADO : AILTON RIBEIRO DA SILVA - RJ197586**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PACIENTE : DAVSON CAMPOS COELHO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVSON CAMPOS COELHO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (Apelação n. 0001551-24.2016.8.08.0012).

Consta dos autos que o paciente foi condenado por infração do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, a 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime semiaberto, e multa, por participar de roubo de dinheiro mediante grave ameaça com arma de fogo em estabelecimento comercial.

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação do réu para "considerar como neutras as circunstâncias judiciais de culpabilidade e motivos do crime, reduzindo, por via de consequência, a pena-base anteriormente fixada, bem como a pena de multa ao mínimo legal, mantendo incólumes os demais fundamentos da sentença proferida em 1º grau de jurisdição", tendo a pena definitiva ficado em 5 anos e 4 meses de reclusão e multa (e-STJ fl. 19).

Alega a defesa que o paciente tem direito à detração do tempo de reclusão provisória, o que levaria à soltura pelo cumprimento total da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente *writ*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico do Tribunal de Justiça, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator